

Artigo com a apresentação e análise dos resultados da pesquisa

Pesquisa do Setor de Turismo e Hospitalidade da Região

Metropolitana de Florianópolis - SC

Contrato de Prestação de Serviços - Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha / DIEESE

NOVEMBRO de 2008

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

*Pesquisa do Setor de Turismo e Hospitalidade da Região Metropolitana
de Florianópolis – SC*

Este texto apresenta os resultados da Pesquisa “*Turismo e Hospitalidade da Região Metropolitana de Florianópolis - SC*”, realizada a partir de contrato firmado entre a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha/CUT Brasil e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O estudo foi produzido para subsidiar ações voltadas para o aprimoramento da formação e qualificação profissional dos trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e fortalecer as potencialidades de desenvolvimento do setor, proporcionando melhores condições de trabalho para as categorias profissionais por ele abrangidas.

Para se atingir essa finalidade, foram desenvolvidos os seguintes estudos:

1. Diagnóstico setorial do turismo e hospitalidade na Região Metropolitana de Florianópolis;
2. Perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor;
3. Entrevistas para identificar as necessidades e demandas relativas à qualificação profissional dos trabalhadores do setor de turismo;
4. Reuniões e/ou oficinas de trabalho com a entidade contratante com o objetivo de formular o roteiro para as entrevistas e apresentar os resultados dos estudos produzidos.

Diagnóstico setorial

Os estudos internacionais mais recentes sobre o setor de turismo indicam que o potencial turístico de um destino não depende meramente de fatores intrínsecos, dados pelos seus atrativos naturais e edificados. Derivam também de uma série de variáveis relacionadas, por exemplo, às condições de vida das comunidades, à capacidade de geração de renda e riqueza pela economia local e às condições básicas de infraestrutura, entre elas, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Por esse motivo, o estudo buscou apresentar informações sobre os municípios que contemplam esses temas, além dos dados específicos sobre a atividade econômica pesquisada.

Foram pesquisadas informações sobre as dimensões socioeconômica, de infra-estrutura e os atrativos turísticos dos municípios de Florianópolis, Antônio Carlos, Águas Mornas, Anitápolis, Angelina e Biguaçu.

O município de Águas Mornas, segundo o Censo de 2000 do IBGE, possui uma população de 5.390 habitantes, dos quais 31,8% vivem na área urbana e 68,18% na área rural. As principais atividades econômicas do município são a produção de hortaliças e a exploração das águas termais. O desenvolvimento da cidade é estruturado no turismo de saúde. Anualmente milhares de pessoas de todo o Brasil visitam o local em busca da qualidade terapêutica de suas águas, classificadas como esotermas radioativas.

Biguaçu, importante pólo industrial da região, fica a 16 km de distância de Florianópolis. Em 2000, a população da cidade era de 48.077 habitantes. As principais atrações turísticas do município são a orla marítima, a área de mata atlântica preservada e um conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico de Santa Catarina.

O município de Antônio Carlos, com uma população de 6.434 habitantes, é o maior produtor de hortaliças de Santa Catarina. Cerca de 80% das famílias do município vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros. A fábrica de refrigerantes Vonpar, que produz a Coca-Cola, é o principal empreendimento industrial da cidade e gera expressivo volume de empregos diretos e indiretos na área urbana. A cidade é cercada de montanhas, vales e riachos com cachoeiras. Além de receber muitos interessados em seus atrativos históricos e parques aquáticos, o município também acolhe grande número de praticantes de esportes de natureza.

Em Anitápolis, segundo o Censo Demográfico de 2000, a população era de 3.234 habitantes, dos quais 34% concentravam-se na área urbana e 66% na rural. A atividade agrícola, portanto, é a principal fonte de geração de emprego e renda. Situada em uma região de topografia acidentada, entre vales e montanhas, a cidade é local procurado para prática de esportes de natureza.

Em Angelina a atividade agrícola também é a principal fonte de geração de emprego e renda da cidade. Do total de 5.776 habitantes, 18% estão concentrados na área urbana e 82% na rural. O município faz parte do circuito de turismo religioso de Santa Catarina por causa do Santuário Mariano e da Gruta de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Florianópolis é um dos mais procurados destinos turísticos do país, em função da quantidade e da diversidade de praias, que se estendem por 40 km de litoral. Segundo a

Santur, empresa estadual de turismo de Santa Catarina, existem cerca de 100 praias na Ilha de Florianópolis. O Censo Demográfico de 2000, do IBGE, aponta uma população de 342.315 habitantes, concentrada quase totalmente na área urbana (97%). As principais atividades econômicas do município são o comércio e os serviços.

A breve análise das características dos municípios que compõem a Grande Florianópolis permite concluir que as condições de oferta turística entre eles são muito desiguais. No geral, observou-se que a maioria dos municípios tem bons indicadores sociais, principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os relacionados à pobreza. Entretanto, os indicadores de infra-estrutura geral – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo – ainda não atingiram os níveis ideais.

Quanto aos indicadores relacionados ao meio ambiente, observou-se que os municípios menores são os que mais apresentam problemas, tanto em decorrência das deficiências existentes na infra-estrutura geral, que acarretam danos ao meio ambiente, quanto em relação ao uso inadequado das potencialidades naturais existentes em cada um deles.

Também é possível afirmar que há grande potencial intrínseco para o desenvolvimento da atividade turística na região, em virtude dos atrativos naturais, históricos, culturais e relacionados aos negócios. No entanto, o desenvolvimento sustentável do turismo na Grande Florianópolis, com exceção da capital, ainda requer investimentos consistentes na infra-estrutura geral, na ampliação dos serviços e equipamentos turísticos, na melhora dos indicadores sociais e ambientais.

Segundo estudo recente elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Sebrae para o Ministério do Turismo, intitulado “Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”, a maioria dos destinos situados fora das capitais apresentou condições “regularmente satisfatórias” em relação a aspectos como infra-estrutura geral, condições de acesso, atrativos turísticos, aspectos sociais e ambientais¹. No caso dos destinos situados nas capitais, os mesmos aspectos apresentaram condições “adequadas” para o desenvolvimento da atividade turística, com um padrão mínimo de qualidade necessário ao desenvolvimento sustentável dessa atividade. O objetivo do Ministério do Turismo, até 2010, é estruturar 65 destinos turísticos com o padrão de qualidade internacional.

¹ Fundação Getúlio Vargas e SEBRAE. “Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”. Brasília, setembro de 2008. Texto capturado na página na Internet www.mintur.gov.br em 10/11/2008.

Perfil dos trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade

O perfil dos trabalhadores ocupados no ramo de turismo e hospitalidade foi captado por meio de duas fontes: a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de abrangência estadual e com informações sobre os ocupados no mercado formal e informal de trabalho e; a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, que permite uma desagregação dos dados por município e trata apenas do mercado formal de trabalho.

Em ambas as pesquisas é possível desagregar as informações a ponto de obter dados específicos sobre os segmentos que compõem o ramo de Turismo e Hospitalidade, a saber: Alimentação e Bebidas; Comércio; Lazer e Entretenimento e; Meios de Hospedagem. A PNAD permite ainda outra desagregação no segmento de Alimentos e Bebidas, o que possibilita especificar ocupados em estabelecimentos ou ambulantes. Essas desagregações são importantes para viabilizar a captação de possíveis heterogeneidades no perfil dos trabalhadores de um mesmo ramo.

Perfil segundo dados da PNAD

Segundo dados da PNAD, em 2007, existiam no Estado de Santa Catarina 195.882 ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade. Boa parte desses trabalhadores (86.043 ocupados ou 43,9% do ramo) atuava nos segmentos de Alimentos e Bebidas. A subdivisão Estabelecimentos respondia pela ocupação de 81.771 trabalhadores, enquanto Ambulantes agregava os 4.272 restantes do segmento. Já o segmento do Comércio contava com 84.819 trabalhadores (43,3% do total); o de Meios de Hospedagem com 18.306 trabalhadores (9,3%) e; o de Lazer e Entretenimento, com 6.714 ocupados (3,4%).

Deste universo de ocupados, a maioria era empregada com carteira assinada (56,4%). Os empregados sem carteira eram 16,2% e os que atuavam por conta própria correspondiam a 11,5% do total de ocupados no ramo. Os trabalhadores que estavam enquadrados na posição Outras (que inclui também trabalhadores não-remunerados) correspondiam a 8,1% do total de ocupados no ramo. Por último, aparecia o contingente de empregadores, que representavam 7,8% do total de ocupados.

É importante observar que cada um dos segmentos que compõem o ramo de Turismo e Hospitalidade apresenta uma distribuição diferenciada dos trabalhadores segundo posição na ocupação. No segmento de Lazer e Entretenimento, por exemplo, o maior número de ocupados são empregados sem carteira ou estão classificados na posição Outras formas de ocupação (em ambos os casos, 36,4%), enquanto os trabalhadores com carteira representam apenas 18,2% do total. Por outro lado, 86,7% dos ocupados no segmento de Meios de Hospedagem tinham carteira assinada.

A distribuição dos ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade por gênero é equilibrada: 50,5% dos ocupados são homens e 49,5%, mulheres. No segmento de Meios de Hospedagem e no Comércio, o número de mulheres (60% e 55,4%, respectivamente) supera o de homens, assim como na subdivisão Ambulantes (57,2%).

A distribuição etária dos ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade mostra que cerca de 1/3 têm entre 18 e 29 anos, o que revela uma categoria jovem. É possível observar que entre os segmentos com maior nível de contratados com carteira assinada, há menor incidência de jovens entre 10 e 17 anos ocupados. Na subdivisão Ambulantes, por exemplo, o percentual de trabalhadores nesta faixa etária atinge 14,3%.

Quanto à escolaridade, percebe-se uma situação mais desfavorável entre os ocupados dos segmentos em que predominam Outras formas de ocupação. Em Meios de Hospedagem, por exemplo, 51,7% dos ocupados estavam entre aqueles com mais de 11 anos de estudos, enquanto no segmento de Alimentos e Bebidas, os que pertenciam a este grupo correspondiam a apenas 30,2%.

Outra informação obtida com os dados da PNAD é a ligeira desvantagem feminina em relação aos homens na questão da escolaridade. Do total de mulheres ocupadas no ramo de Turismo e Hospitalidade, 63,5% possuía até 10 anos de estudos, enquanto entre os homens o percentual era de 58,2%.

O tempo médio de permanência no mesmo emprego possibilita verificar o nível de rotatividade existente. No caso do estado de Santa Catarina, em 2007, segundo dados da PNAD, no ramo de Turismo e Hospitalidade, os ocupados estão concentrados nas faixas de tempo de permanência de até 3 anos no mesmo emprego (62,3%). Todavia, o número daqueles com até 1 ano no emprego era expressivo (29,0%). A especificidade ficou com o segmento de Alimentos e Bebidas, com destaque para a subdivisão Estabelecimentos, na qual 32,8% dos ocupados permanecem somente até 1 ano no emprego.

No tocante ao tempo de trabalho semanal no ramo, mais da metade dos ocupados (57,6%) tinha jornada de até 44 horas. O restante (42,4%) realizava jornada semanal

superior a 44 horas semanais. Porém, em cada um dos segmentos a distribuição é distinta. No segmento Comércio, 46% dos ocupados excediam a jornada legal.

O rendimento médio apurado para os trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade, em 2007, variou entre 1,6 e 2,6 salários mínimos. Em termos de segmentos, os maiores rendimentos mensais no trabalho principal foram encontrados entre os ocupados do Comércio e de Meios de Hospedagem, R\$945,00 e R\$ 843, 00, respectivamente. Já os menores rendimentos médios foram observados entre os ocupados na subdivisão de Ambulantes (R\$ 615) do segmento Alimentos e Bebidas. Os trabalhadores de Lazer e Entretenimento, que guardam algumas características em comum com os Ambulantes, em especial no tipo de inserção ocupacional, tinham a segunda menor remuneração média mensal (R\$ 651).

Perfil segundo dados da RAIS

O levantamento de informações a partir da RAIS teve como abrangência geográfica a Região Metropolitana de Florianópolis, composta pelas cidades de: Águas Mornas; Antonio Carlos; Biguaçu; Florianópolis; Governador Celso Ramos; Palhoça; Santo Amaro da Imperatriz; São José e São Pedro de Alcântara. Além disso, outra referência utilizada foi a definição de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas para definição da composição do ramo de Turismo e Hospitalidade e dos segmentos de Alimentos e Bebidas, Comércio, Lazer e Entretenimento.

Em 2006, última base disponível para consulta, do total de 20.874 trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade, 59% eram do segmento de Alimentos e Bebidas, 18%, de Meios de Hospedagem, 15% do Comércio e, 8%, de Lazer e Entretenimento.

Nos segmentos Meios de Hospedagem (58%) e Alimentos e Bebidas (51%), a ocupação dos postos de trabalho era predominantemente feminina. No Comércio, a distribuição entre homens e mulheres era igual e em Lazer e Entretenimento, os homens predominavam.

No que tange à faixa etária, mais da metade dos trabalhadores formais da atividade tinha até 39 anos de idade. A especificidade está no segmento de Comércio, em que 34% dos trabalhadores possuíam até 24 anos.

Apesar de uma variação entre os percentuais dos segmentos do setor, de um modo geral, a maior parcela da força de trabalho formalizada da atividade de Turismo e Hospitalidade possuía o ensino médio completo. Isso revela que o aumento dos anos de

estudo da população do país nas últimas décadas tem se manifestado no ramo. Entre os segmentos, aquele com maior percentual de trabalhadores com ensino médio completo era o de Lazer e Entretenimento. Já o maior percentual de trabalhadores apenas com o ensino fundamental completo era o de Comércio.

Um aspecto negativo do ramo de Turismo e hospitalidade da Região Metropolitana de Florianópolis verificado a partir dos dados da RAIS foi que grande parte da mão-de-obra formalizada permaneceu até 3 meses no emprego em 2006, tempo denominado como de experiência para uma possível contratação. Portanto, devido às características de uma cidade litorânea e de um setor fortemente influenciado por essa situação, os dados permitem supor que grande parte dos postos de trabalho do setor é temporária e a contratação é fortemente sazonal.

A jornada média semanal da força de trabalho formal ficou abaixo da jornada legal (de 44 horas) em 2006. Nas atividades de Meios de Hospedagem e de Comércio, a jornada média foi de 43 horas; no segmento de Alimentos e Bebidas, ficou em 42 horas e; no de Lazer e Entretenimento foi observada a menor jornada, 39 horas.

A remuneração média dos empregados formais variou conforme a atividade econômica, contudo, seguiu a tendência nacional: muita baixa. Nos Meios de Hospedagem, a remuneração média ficou em R\$ 655,00; nos Alimentos e Bebidas, R\$ 526,00; no Comércio, foi de R\$ 599,00 e; no Lazer e Entretenimento atingiu o maior valor, R\$ 778,00.

A análise da escolaridade segundo gênero apresentou situações diferentes conforme as quatro atividades econômicas que compõem o setor de Turismo e Hospitalidade. Na atividade de Meios de Hospedagem os trabalhadores apresentaram mais anos de estudo do que as trabalhadoras. No caso do segmento de Alimentos e Bebidas, a mão-de-obra masculina com registro formalizado de trabalho também teve vantagem em relação à feminina. Contudo, no setor de Comércio, as trabalhadoras apresentaram mais anos de estudo do que os trabalhadores: 41% delas concluíram o ensino médio, enquanto apenas 38% deles o fizeram.

Confrontando as variáveis grau de instrução e faixa etária, constatou-se que conforme a idade dos trabalhadores aumenta, a escolaridade diminui.

Levantamento de demandas e tendências da qualificação profissional – Florianópolis (SC): a visão dos atores

Para identificar as necessidades e demandas relativas à qualificação profissional dos trabalhadores do setor de turismo de maneira a oferecer elementos que contribuam para a definição de ações para o desenvolvimento e aprimoramento da formação e certificação profissional foram realizadas entrevistas com diferentes grupos que possuem inserção no setor, além de pesquisas a partir de fontes secundárias de informações. As entidades entrevistadas ao longo da pesquisa estão relacionadas abaixo:

NOME E REPRESENTATIVIDADE

FECESC (Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina)

Entidade de Trabalhadores

SINTRATUH (Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis da Grande Florianópolis)

Entidade de Trabalhadores

FHORESC (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina)

Entidade Patronal

SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A)

Entidade Governamental

Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esportes

Entidade Governamental

SETUR (Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes)

Entidade Governamental

A seguir é apresentada a estrutura do roteiro das entrevistas realizadas. Este roteiro foi definido a partir de contribuições da equipe do DIEESE, do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) e com representantes das Escolas de Turismo da CUT. O fluxo do questionário ficou da seguinte forma:

Estrutura do Roteiro de Pesquisa
1. Características Gerais do Setor e da Ocupação
2. Características da Oferta e Demanda por Qualificação
3. Questões Específicas para as Entidades de Trabalhadores
4. Questões Específicas para as Entidades Patronais
5. Questões Específicas para as Entidades Governamentais
6. Regulação
7. Participação Social
8. Estruturação Curricular

Análise geral das entrevistas

A partir da sistematização dos depoimentos dos representantes das entidades de trabalhadores, empresários e órgãos públicos de Florianópolis e região foi possível obter algumas indicações com relação à situação atual da oferta e da demanda por qualificação profissional. Com isso, foi possível indicar algumas direções para orientar ações que visem adequar a oferta de qualificação profissional às necessidades do setor.

A principal indicação é a de que falta qualificação da mão-de-obra no setor de Turismo e Hospitalidade na região de Florianópolis. Essa deficiência é resultado, principalmente, do caráter sazonal das atividades e suas conseqüências para a dinâmica do mercado de trabalho local e para a demanda por qualificação.

Uma dessas conseqüências é o trabalho temporário. Como na maioria das vezes o trabalhador não permanece no mesmo estabelecimento por mais do que alguns meses, nem ele nem o empregador tem interesse em investir em qualificação. O trabalhador porque não tem perspectiva de ascensão no trabalho e o empregador porque não dispõe de tempo, no forte movimento da temporada, de liberar seu empregado para se qualificar.

Além disso, a maioria dos depoimentos mostrou que o empregador tem receio de investir na qualificação dos funcionários e estes serem atraídos por outros estabelecimentos, com oferta de melhores salários e benefícios. Essa possibilidade é forte em Florianópolis dada a grande presença de estabelecimentos familiares, que possuem menos recursos para oferecer bons salários em contrapartida às grandes redes hoteleiras.

Por estes motivos, podemos perceber que, apesar de todas as entidades concordarem que precisaria haver mais qualificação dos ocupados no setor, falta clareza sobre que tipo de qualificação e sobre os benefícios que ela poderia trazer para cada segmento envolvido.

Entre os trabalhadores, esta falta de percepção de retorno, que desestimula a qualificação, parece ser mais forte. Isso é evidenciado pela ausência de demandas e cláusulas relativas a esse tema na ação sindical e nas negociações coletivas da categoria. Foi apontado também, nesse sentido, que a qualificação interessa mais ao empregador, já que o principal efeito seria a elevação de seus lucros.

Entre os comerciários, a alta rotatividade também prejudica a demanda por qualificação, que, em muitos segmentos, se dá pela prática, com o conhecimento dos produtos comercializados. A qualificação esperada por meio de cursos seria mais voltada para o atendimento, para a esfera comportamental.

Já a entidade patronal demonstrou ter mais interesse na qualificação dos funcionários das entidades que representa, inclusive identificando e ofertando cursos para as ocupações com maior demanda: camareiras, garçons e recepcionistas.

Os representantes do governo estadual, por sua vez, estabeleceram uma priorização, por meio de uma consulta aos fóruns regionais, e identificaram como principal demanda a formação e atualização dos funcionários já empregados.

Já a Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis entendia sua atuação na questão da qualificação profissional por meio de duas ações: a capacitação dos trabalhadores nas atividades receptivas (postos de atendimento ao turista, por exemplo), que são de responsabilidade do município, e promoção de eventos, que visam diminuir a sazonalidade e o trabalho temporário no turismo em Florianópolis e assim incentivar os empresários e trabalhadores a qualificar a mão-de-obra no setor.

As principais queixas das entidades representativas dos trabalhadores se dão no sentido de que os empresários, além de não investirem na qualificação, normalmente não

liberam seu funcionário para se qualificar no horário de trabalho. Além disso, quando desempregado, o trabalhador não tem como arcar com as despesas de transporte e de uma eventual mensalidade para se qualificar.

Com relação ao modelo de qualificação a ser alcançado, todos os entrevistados idealizaram os cursos do Senac, mas com a condição da gratuidade. As principais ocupações demandadas para qualificação seriam as tradicionais, para camareiras, garçons e recepcionistas, mas também estaria crescendo a demanda nas áreas de manutenção e custos. O treinamento em informática e em línguas estrangeiras também seria fundamental para as novas necessidades do setor. Todos estes cursos, no entanto, deveriam possibilitar uma formação mais ampla do trabalhador, que permitisse uma maior desenvoltura nas diversas atividades exigidas no estabelecimento.

Uma das principais conclusões a que podemos chegar é a de que os cursos mais necessários são os de qualificação básica ou técnica. A grande oferta de cursos de nível superior existente atualmente se mostrou, segundo os entrevistados, desnecessária para atender as demandas por mão-de-obra do setor de turismo e hospitalidade em Florianópolis e região. O excesso de bacharéis em turismo e a não regulamentação da profissão levariam ao rebaixamento do salário da categoria.

A oferta atual é feita pelas entidades Senac, Cefet, Escola Sul, Floresc (entidade patronal), Cedup (Centro de Educação Profissional do Governo do Estado de Santa Catarina), faculdades particulares de turismo e em parcerias do governo estadual com estas escolas. No entanto, estas opções não atendem exatamente a demanda existente, que é por cursos gratuitos, de nível básico e técnico, de atualização constante do trabalhador e crescimento das áreas de manutenção e informática, além das ocupações tradicionais (camareiras, garçons e recepcionistas). Além disso, foi apontada a necessidade de auxílio (como bolsa estudo ou auxílio transporte) para os trabalhadores, principalmente os desempregados.

Para além desse descompasso entre oferta e demanda, no entanto, o que ficou latente no discurso de todas as entidades entrevistadas é que falta conscientização de empregadores, trabalhadores e governo sobre os benefícios resultantes da qualificação da mão-de-obra. Essa maior conscientização seria um ponto de partida para se pensar melhor qual o tipo de qualificação necessária, para além do consenso com relação à gratuidade (quais ocupações, currículos, carga horária etc.).

Para isso, talvez seja necessário também um investimento no sentido de diminuir o uso do trabalho temporário, principal característica do mercado de trabalho no setor e que desestimula a qualificação atualmente. Essa conscientização com relação ao retorno da qualificação só será mais presente com uma mão-de-obra com maior estabilidade, que permita ao trabalhador esperar uma ascensão profissional ou ao empresário ter interesse em investir na qualificação do empregado para o longo prazo.